

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 003

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

| | |
|-------------------------------|-----------------------------------|
| <i>Líder do Governo</i> | <i>Valdir Rossoni</i> |
| <i>PFL</i> | <i>Plauto Miró Guimarães</i> |
| <i>PTB</i> | <i>Ademar Traiano</i> |
| <i>PMDB</i> | <i>Orlando Pessuti</i> |
| <i>PPB</i> | <i>Tony Garcia</i> |
| <i>PT</i> | <i>Péricles de Holleben Mello</i> |
| <i>PDT</i> | <i>Edgar Bueno</i> |
| <i>PSDB</i> | <i>José Maria Ferreira</i> |
| <i>PL</i> | <i>Pastor Edson Praczyk</i> |
| <i>PSB</i> | <i>Ricardo Maia</i> |
| <i>PSC</i> | |
| <i>PSL</i> | <i>Edno Guimarães</i> |
| <i>PST</i> | <i>Divanir Braz Palma</i> |

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/ PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 002ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
17 DE FEVEREIRO DE 2000**

(quinta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Ademir Bier e Basílio Zanusso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppino, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 083

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do Ex-Prefeito de Clevelândia, Senhor Antonio Selso Bortolini, ocorrido em 15 de fevereiro de 2.000.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17.02.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, em data de ontem, 15/02/2000, o Senhor Antonio Selso Bortolini (Ninho), Ex-Prefeito Municipal de Clevelândia, com idade de 49 anos.

O extinto deixou viúva Dona Enides e 02 filhos.

Antonio Selso Bortolini, que era empresário no Município de Clevelândia, deixou enorme lacuna difícil de ser preenchida, entre seus parentes e amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para o condição humana de seu servo Antonio Selso Bortolini.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Antonio Selso, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoe a família do Sr. Antonio Selso Bortolini para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu Servo Antonio Selso sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Bortolini endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 084

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do Dr.

Wilson Cardoso Brustolin, ocorrido nesta Capital dia 12/01/2000.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17.02.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, em 12/01/2000, nesta Capital, o Advogado e Jornalista Wilson Cardoso Brustolin que deixou viúva D. Marlise e 02 (duas) filhas.

O passamento do Dr. Wilson Cardoso Brustolin veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos entre eles este deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Wilson.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Wilson Cardoso Brustolin, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do Dr. Wilson para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Wilson sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Cardoso Brustolin, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 086

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de Voto de Profundo Pesar pelo falecimento da Dra. Elisa Checchia Noronha, ocorrido nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17.02.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com 89 anos de idade faleceu nesta Capital, a Dra. Elisa Checchia Noronha, que era viúva do Dr. Leônidas Noronha.

Deixou 02 filhos, 08 netos e bisnetos.

A Dra Elisa foi uma das primeiras mulheres a ingressar no Curso de medicina, pela Universidade Federal do Paraná, em 1935, especializando-se em ginecologia e obstetrícia.

Em 1930, casou-se com o também médico Leônidas Noronha e foram morar em Rolândia, próximo a Londrina, onde ficaram por dezesseis anos. Ao retornar a Curitiba inaugurou sua Clínica, nas Mercês e trabalhou em vários Hospitais como: São Vicente e Evangélico. Em abril de 1973 a Dra. Elisa e seus quatro irmãos fundaram o Hospital e Maternidade Santa Brígida, cujo nome é uma homenagem à sua mãe.

Dra. Elisa trabalhou também em serviços assistenciais e foi fundadora, há quarenta anos, do primeiro Curso de “Parto Sem Medo”, uma ajuda às mães de primeira viagem, onde recebem assistência médica e informações sobre a hora do parto. Dra. Elisa trabalhou intensamente até o ano passado.

O passamento da Dra. Elisa Checchia Noronha veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos entre eles este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de sua serva Elisa.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Dra. Elisae o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família da Dra. Elisa Checchia Noronha para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará sua serva Elisa sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Checchia Noronha, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 087

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Alberto Bohrer, ocorrido em 23/01/2000.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17.02.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com 74 anos de idade faleceu, em União da Vitória o Sr. Pedro Alberto Bohrer, que era progenitor do ex-Prefeito daquela cidade, Dr. Fernando Bohrer.

O extinto deixa viúva Dona Landila, 4 filhos e quatro netos.

O passamento do empresário, Sr. Pedro Alberto Bohrer veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Pedro Alberto Bohrer.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Pedro Alberto, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do Sr. Pedro Alberto Bohrer para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Pedro Alberto sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família BOHRER, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 088

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Boa Vista da Aparecida pelo transcurso de seus 17 anos de emancipação política, no próximo dia 22.02.2000.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Wolnei Antonio Savaris, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito Senhor Noé João de Lima, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a população de Boa Vista da Aparecida.

Sala das Sessões, em 17.02.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Na significativa data do transcurso dos 17 anos de emancipação política do Município de Boa Vista da Aparecida, queremos parabenizar toda a população que sempre tem colaborado para o desenvolvimento e o bem estar de todos.

Nesta magna data em que o Município de Boa Vista comemora seus 17 anos, é justo que prestemos nossa homenagem de gratidão e reconhecimento a todos aqueles que de uma forma ou de outra dão sua importante parcela de contribuição para o crescente progresso do Município.

A certeza de dias melhores aliada a tudo o que seu povo já conquistou com trabalho e dedicação, com o respaldo de seus representantes e total apoio da comunidade satisfatoriamente se transformará em realidade.

É portanto, motivo de orgulho a comemoração dos 17 anos da emancipação de Boa Vista da Aparecida. A esse contentamento associa-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar.

REQUERIMENTO Nº 096

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Sociedade Rural dos Campos Gerais, em nome de seu Presidente, Senhor Ilson Morawski, pela realização da AGROPONTA - Exposição Agropecuária de Ponta Grossa, exposição esta que irá mostrar a desenvoltura social, econômica e tecnológica da agricultura da Região dos Campos Gerais, Paranaense e Brasileira, como por exemplo o da Fundação ABC, com a melhor tecnologia da América do Sul em termos de cultivo de soja, trigo e milho.

A AGROPONTA desenvolve a sociabilidade entre a agricultura, pecuária e indústria.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Senhor Ilson Morawski - Presidente da Sociedade Rural dos Campos Gerais, no Centro de Eventos de Ponta Grossa, s/n Ponta Grossa - 84060-000.

Sala das Sessões, em 17.02.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 089

Senhor Presidente.

REQUER aprovação do Plenário, no sentido de que seja encaminhado expediente à Presidência da EMATER, requerendo a designação de Comissão de Investigação daquela empresa, para averiguação de irregularidades cometidas quanto à aplicação de recursos e venda ou permuta de equipamentos agrícolas destinados à Vila Rural Canarinho, no Município de Dois Vizinhos, com significativos indícios de participação do técnico da EMATER Valdir da Silva, designado para atender àquelas famílias.

Sala das Sessões, em 17.02.2000.

REQUERIMENTO Nº 090

Senhor Presidente.

REQUER aprovação do Plenário, no sentido de que seja encaminhado expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, Dr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, objetivando que seja instalado um Módulo Policial, devidamente equipado com a estrutura necessária para prestar serviço de segurança à população residente nos Bairros Monte Castelo, Vale das Flores, São Dimas, Colônia Faria e Roseira, todos no Município de Colombo, região metropolitana de Curitiba, cuja população fixa estimada residente nesses locais é de aproximadamente 10.000 (dez mil) pessoas, que ainda não dispõe desse serviço público.

Indica como local apropriado para mencionada instalação, as imediações dos Mercados Santos ou Santa Helena, ambos na Rua das Orquídeas, Bairro Monte Castelo, Colombo.

Sala das Sessões, em 17.02.2000.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

REQUERIMENTO Nº 095

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, solicitando a admissão dos aprovados no último concurso para agente e escrivão da Polícia Civil.

Sala das Sessões, em 17.02.2000.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a grande deficiência de pessoal no quadro da Polícia Civil do Estado do Paraná, faz-se necessário a admissão imediata dos aprovados no último concurso para agente e escrivão da Polícia Civil. Cito como exemplo, o pouco efetivo de policiais no Município de Francisco Beltrão, que atendem também a região Sudoeste, e são obrigados a se desdobrar para suprir a demanda de ocorrências policiais.

Isto posto, solicito a aprovação deste requerimento, para que a Secretaria de Segurança Pública viabi-

lize junto ao Governo Estadual a contratação dos aprovados no concurso da Polícia Civil.

REQUERIMENTO Nº 082

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na ata dos trabalhos de hoje a matéria intitulada “O rato e a ratoeira”, do Jornal “O Estado do Paraná”, em anexo.

Tal matéria refere-se às empresas fabricantes de radares, ratoeiras e outros equipamentos eletrônicos de fiscalização do trânsito, as quais estão impedidas de aplicar multas ou delas auferir qualquer vantagem.

Sala das Sessões, em 17.02.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 085

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, para que conste dos Anais, o Artigo “O Persistente” de autoria do Dr. Luiz Carlos Tourinho, publicado na Gazeta do Povo do dia 05 do corrente.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Dr. Luiz Carlos Tourinho bem como à direção da Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 17.02.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O artigo assinado pelo Dr. Luiz Carlos Tourinho traduz com bastante objetividade os anseios da classe dos servidores públicos aposentados e pensionistas. Pois, resgatar a dívida social no Brasil com todos seus inativos e pensionistas é uma pequena, mas importante tarefa dentro do esforço geral de democratização de nossa sociedade.

É na idade mais avançada que o ser humano adquire o direito a gozar a vida, após a existência dedicada ao trabalho socialmente útil. É nessa fase que o cidadão pode usufruir dos benefícios de uma sociedade com qualidade de vida digna, seja em viagens, lazer e similares.

Também é nesse período que crescem as despesas pessoais com produtos de saúde, aparelhos corretores de visão, surdez, dentição, locomoção, etc...

Os funcionários públicos, durante suas carreiras, foram assíduos contribuintes junto à Previdência, nada mais justo do que isentar esta parcela de idosos da contribuição previdenciária.

Do ponto de vista histórico e social, observamos que as formações sociais desde a antiguidade mais remota se dividem em três segmentos: a infância/juventude, integrada pela parcela do grupo social que ainda está em formação e amadurecimento; a população economicamente ativa que sustenta a produção

econômica da comunidade, e os idosos, que já deram sua contribuição, em período anterior e assim, adquiriram o direito da isenção.

Finalmente, de uma abordagem humanística, notamos que o direito ao repouso digno para aqueles que já contribuíram com o todo social manifesta a mais refinada expressão civilizatória.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 019/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bituruna, com sede e foro no Município de Bituruna.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.02.2000.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade, a qual se pretende declarar de Utilidade Pública, tem prestado relevantes serviços à comunidade que abrange, principalmente no tocante à promoção de medidas de âmbito municipal, visando assegurar o ajustamento e o bem estar das pessoas portadoras de deficiência física.

Portanto, é meritório ser declarada de Utilidade Pública, para que possa fruir das prerrogativas decorrentes e aperfeiçoar, cada vez mais, suas atribuições sociais em benefício de um conjunto significativo de cidadãos.

Sendo assim, contamos com o apoio dos Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, à aprovação do referido Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 020/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tijucas do Sul, com sede no Município de Tijucas do Sul e foro no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de fevereiro de 2000.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade, a qual se pretende declarar de utilidade pública, tem prestado serviços à comunidade que

abrange, principalmente no tocante à promoção de medidas de âmbito municipal, visando assegurar o ajustamento e o bem estar das pessoas portadoras de deficiência física.

Portanto, é meritório ser declarada de utilidade pública, para que possa fruir das prerrogativas decorrentes e aperfeiçoar, cada vez mais, suas atribuições sociais em benefício de um conjunto significativo de cidadãos.

Sendo assim, contamos com o apoio dos Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, à aprovação do referido Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 021/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Asilo de Velhos Lins de Vasconcelos, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de fevereiro de 2.000

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade, a qual se pretende declarar de utilidade pública, tem prestado relevantes serviços à comunidade que abrange, principalmente no tocante aos interesses assistenciais, visando assegurar o bem estar social, físico, cultural e religioso das pessoas idosas.

Portanto, é meritório ser declarada de utilidade pública, para que possa fruir das prerrogativas decorrentes e aperfeiçoar, cada vez mais, suas atribuições sociais em benefício de um conjunto significativo de cidadãos.

Sendo assim, contamos com o apoio dos Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, à aprovação do referido Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 022/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibido dentro do Estado do Paraná, o corte da Araucária Augustifolia (Pinheiro), por um período de 10 (dez) anos.

Art. 2º - O Estado do Paraná, através da SEMA-Secretaria de Estado do Meio Ambiente, terá um prazo de 60 (sessenta) dias para a regulamentação da lei.

Art. 3º - Os casos especiais como os que ofereçam risco de vida, serão especificados na regulamentação.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de fevereiro de 2000.

(a) BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

No início da exploração no Paraná, o Pinheiro representava mais de 50% (cinquenta por cento) da floresta nativa do Estado, hoje este percentual representa menos de 5% (cinco por cento) da vegetação o que justifica a proibição.

Os planos de manejo e de exploração não são respeitados, não há um reflorestamento correto e consciente, sendo que são cortados muito mais Pinheiros do que são permitidos e seu controle é quase impossível.

Se esta determinação não for tomada, corremos o risco de poder ver esta espécie somente em fotografias, pois a tendência é desaparecer completamente.

PROJETO DE LEI Nº 023/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Grupo de Teatro Amador Direpenti, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de fevereiro de 2.000.

(a) BETO RICHÁ.

JUSTIFICATIVA:

O Grupo de Teatro Amador Direpenti tem como finalidade realizar montagens de espetáculos teatrais, em caráter amador, promover palestras e cursos de teatros promover conferências, discussões e seminários de cultura em geral participar de mostras de espetáculos locais, estaduais, nacionais ou internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Hoje estampado em todos os jornais do Estado do Paraná, ou quase todos, está a decisão pela qual as concessionárias dos seis lotes do estado em termos de rodovia, as concessões de privatizações tiveram a liminar cassada.

Falando isso estamos entrando com um requerimento onde um artigo do "Estado do Paraná" intitulado "O rato e a ratoeira", demonstra que o Governo do Estado do Paraná vendo o erro que cometeu através da Secretaria dos Transportes, do DER, do Estado voltou atrás, anulando aquele contrato que tinha com as multas do Paraná.

Multas essas de uma firma não paranista, uma firma de fora, de território nacional e com outros interesses que não são do interesse da família do Paranaense. O Governo em boa hora fez com que aquele erro cometido não continuasse a perdurar contra a família do Estado do Paraná.

Cumprimentamos naquela oportunidade o Governador Jaime Lerner, o Secretário e o Diretor do DER pela medida tomada de uma justiça, de uma verdade conferida nesta Casa por todos os Deputados, quando de uma ou outra forma, todos se pronunciaram contra aquele arbítrio que era cometido.

Hoje, Senhor Presidente, Srs. Deputados não havendo outro caminho a não ser corrigir o erro inicial, quando o Governo do Estado em má hora deu uma tarifa que não era a realidade a ser concedida em termos de pedágio do Paraná, porque sabíamos que essa tarifa era superfaturada, não ia de encontro com os fretes oferecidos pelas transportadoras e nem aos usuários da nossa rodovia. Verificamos que o Paraná hoje, através de Jaime Lerner só tem uma saída para corrigir aquele seu erro inicial, é a rescisão do contrato. É fazer com que as estradas voltem ao Governo do Paraná. E o DER, através de um pedágio consciente, responsável, honesto tome conta da malha viária do nosso Estado que foi construída com suor, com sacrifício, com dedicação dos governos anteriores. E teremos a certeza que a justiça no Estado do Paraná irá voltar ao povo, como voltou naquela anulação dos contratos das multas do nosso Estado.

Tenho certeza que o Governador hoje está num beco sem saída, porque a justiça deu ganho de causa às concessionárias. E o Governo não terá outra saída a não ser, já que errou naquela tarifa inicial, já que não fez os estudos que deveria ter feito, já que foi de uma forma ou de outra incompetente, na tarifa do pedágio do Estado do Paraná, hoje a única saída que nós temos é fazer com que foi feito aquela rescisão de contrato das multas do Paraná.

A segunda rescisão será esta da extinção do contrato, da privatização das nossas estradas devolvendo ao povo do Paraná, aquilo que ele construiu, aquilo que ele fez, aquilo que todos nós ajudamos a executar que são os vários quilômetros de asfaltos que liga todo o Anel de Integração, denominado pelo atual Governo.

Tenho a certeza absoluta senhores deputados, não há outra saída, não faremos acordo algum em benefício nesse 50%, que foram reduzidos, que já é muito, pelo que nada fizeram aqueles que pegaram as estradas feitas, as duplicações realizadas os viadutos construídos, as pontes assentadas, e só estão fazendo pintura, capinação e uma roupagem que nós não entendemos como foi dado a eles.

Tenho a certeza senhor Presidente, que o contrato será rescindido, e estaremos agora, nesta manhã, os deputados de Oposição desta Casa, convidamos os deputados de Situação, lá no pedágio, lá em São Luiz de Purunã, entregando a cada caminhoneiro, a cada usuário, da

rodovia a posição desta Casa, daqueles que são independentes e defendem o povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente com a palavra o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor Presidente Caíto Quintana e demais membros da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados, não vou usar da tribuna todos os dias, já quero aqui deixar claro, para que não se assustem os meus colegas Deputados.

Mas, hoje não poderia deixar de vir a esta tribuna, para comentar sobre um assunto que é o mais discutido no Paraná. O assunto que mais preocupa a população do nosso Estado, entre outros tantos.

É evidente que me refiro ao problema do pedágio. Nós da Oposição não fomos surpreendidos com a decisão da Justiça, em nenhum momento, porque já na campanha eleitoral nós dizíamos que era uma armação política, nós dizíamos que o Governo Jaime Lerner estava fazendo um golpe para ganhar as eleições.

Ora, o Governador um homem culto, um homem preparado sabia que o Ato que ele fez no mês de maio de 1998, quando assinou o contrato com as concessionárias, foi um Ato Juridicamente perfeito, inquestionável. Dois meses após no mês de Julho de 1998, quando faltavam três meses para a eleição, o Governador Jaime Lerner unilateralmente rompe o contrato.

Quer dizer, o Governador sabia, a sua assessoria sabia que esse Ato afrontava o Estado de direito desse país e que a Justiça iria se posicionar contrário a ele, fazendo com que o contrato assinado inicialmente tivesse valor, e foi isso que fez a Juiz da Justiça Federal aqui de Curitiba. O que disse o Juiz? “O contrato tem valor cumpra-se”. Não pode unilateralmente rompê-lo. Nós vivemos num país aonde o estado de direito é pleno, quer dizer, para nós não foi surpresa nenhuma da decisão da Justiça Federal, que não concedeu aumento ao pedágio, é bom que se diga.

O Governo do Estado tentando fugir da sua responsabilidade, o Governador Jaime Lerner tentando fugir do seu erro, do seu equívoco, tenta dizer na imprensa: “A Justiça Federal deu aumento de 116%”. Não é verdade, porque o aumento que agora a justiça está mandando cumprir, está escrito no contrato que o Governador Jaime Lerner assinou no mês de maio de 98, não existe aumento, nenhum aumento, está escrito que o Juiz diz: “Cumpra-se”. “O contrato tem valor”. O governador não poderia ter rompido o contrato unilateralmente. Ora, o Governador sabia disso, a sua assessoria sabia disso, e nós falamos na campanha, estão reduzindo o pedágio para ganhar a eleição. A história vai ser, e o tempo é o senhor da razão. Está escrito. E hoje, infelizmente nos deparamos com esta realidade, uma realidade perversa e

cruel, não para o Governador que vive num castelo, no Palácio, que anda de avião a jato, que anda viajando para o exterior, 33 viagens, mas para o povo sofrido, para o agricultor, para o trabalhador, para o desempregado, para o caminhoneiro, para a economia do nosso Paraná. É lamentável, Sr. Presidente, é triste esta situação, e eu, e nós que andamos nas rodovias do Paraná, nós vivemos o dia-a-dia do nosso Estado sabemos que a tarifa praticada atualmente já é cara, porque as empresas concessionárias não fizeram absolutamente nada para justificar qualquer tipo de majoração, nada, não foi feito melhoria nas pistas, não foram feitas terceiras vias, não foi feito viaduto, não foi feito duplicação, não foi feito nada.” Não existe justificativa para qualquer tipo de reajuste nas tarifas. A tarifa atual é muito cara, é pesada, inviabilizou um setor importante da nossa economia, que é o setor de transporte.

E, o Deputado Péricles Mello, competente Parlamentar, estudioso do assunto, ontem - e já havia feito isso em outras sessões - trouxe aqui para esta Casa, números que ficam claramente evidenciados que existe caroço neste angú, que esta conta está mal feita, que as concessionárias junto com o Governo do Estado, não souberam fazer as contas mais elementares, que é somar, dividir e multiplicar, fazendo com que o preço do pedágio se tornasse impraticável.

E vamos aqui citar alguns exemplos, Deputado Edgar Bueno. Grande jornalista Milton Ivan, do jornal “O Estado do Paraná”, focalizou este tópico na sua reportagem de hoje: um diretor das concessionárias ganha 22 mil reais - quase três vezes mais o que ganha o Presidente da República -, um gerente de recursos humanos ganha 11.700 reais; um diretor ganha 13 mil reais. Ora, que absurdo para um País de gente que passa fome, um País de desempregados, um País de gente que ganha salário mínimo, o povo do Paraná tem que pagar salários de marajás - 22 mil reais - e quem paga isso? São os coitados dos caminhoneiros, são as pessoas que andam nas rodovias do nosso Estado, são os consumidores que pagam o salário de marajás para os diretores das concessionárias. É irresponsável, é criminoso, essa prática do Governo Jaime Lerner, no Paraná.

Senhor Presidente, mas por trás disso tem mais coisas. As concessionárias publicaram na semana retrasada, que tiveram um prejuízo contábil, um prejuízo financeiro de 478 milhões de reais, no exercício de 1999. Nada fizeram nas rodovias, como vão ter prejuízos? Como vão ter prejuízos? Não fizeram nada, não têm prejuízos! Mas, elas fizeram contabilmente publicar na imprensa do Paraná que tiveram um prejuízo de 478 milhões de reais. Sabem por quê, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas? Para cobrar do Governo do Estado, para cobrar, agora quando a sentença judicial tiver sido concluída, elas entraram com um processo na justiça para receberem o prejuízo e o lucro cessante do período em que foi reduzida a tarifa, para cobrar do povo do Paraná. Esse é mais um rombo que o Governo Jaime Lerner está impet-

rando à comunidade paranaense. É a responsabilidade, é a ganância do poder.

Senhor Presidente, estamos aqui nesta Assembléia, o PMDB, o PT, o PDT, nas pessoas do Deputado Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk, o Deputado José Maria Ferreira e o Deputado Pastor Edson, que emprestou a sua assinatura para a CPI do Pedágio. Estamos achando, cada vez mais convencidos que o único caminho que nos resta, Senhor Presidente, é a instalação da CPI do Pedágio. E a CPI não pode causar arrepios no Palácio Iguaçu. O Governador não precisa ter medo da CPI, porque quem não deve não teme, só deve temer aquele que tem o rabo preso. Só deve ter cisma aquele que não fez corretamente o seu dever de casa. O Governador não deve ter medo de uma CPI, tem que dizer: “olha,” ao ligar ao Deputado Valdir Rossoni, “Deputado Valdir Rossoni, libere os seus Deputados para que assinem a CPI do Pedágio, porque não fizemos erro nenhum, fizemos a coisa transparente”.

Estamos cada vez mais convencidos que o único remédio que cabe a essa grande enfermidade que assolou o Paraná é a Comissão Parlamentar de Inquérito, formada aqui pelos representantes do povo, constituída aqui pelos Deputados desta Casa para poder requisitar documentos. E aí o Governo diz: “mas, os documentos estão numa sala na Secretaria dos Transportes, qualquer um pode ir lá ler os documentos.” Ora, documentos você pode ir lá ler, uma sala cheia, levar dois anos para ler os documentos. O que queremos é ver os documentos que estabeleceram a concessão, mas queremos interrogar, queremos acarear, queremos levantar preços, queremos constituir Comissões para levantar os superfaturamentos dos preços do Anel de Integração. A CPI é o remédio para essa doença, a CPI vai fazer com que a transparência seja definitiva para esse nebuloso caso do pedágio no Paraná, Senhor Presidente.

É por isso que hoje, mais do que nunca, reforçados pela decisão da Justiça Federal de Porto Alegre, voltamos a assumir o compromisso de que é necessário e fundamental o estabelecimento de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. E, queremos convidar a todos os Deputados que estão à favor do povo, todos os Deputados que amam o povo do Paraná, que defendem o agricultor, que defendem na prática o agricultor, que assinem a CPI, porque este é o caminho, não existe outro, é o caminho que vai poder trazer a verdade, que vai poder mostrar com transparência e que o Governo Jaime Lerner fez em relação ao pedágio, em relação à concessão das rodovias do nosso Estado. Não existe argumento que possa mudar esta situação.

Nós, da Oposição, programamos para hoje, às 13:00 horas e queremos convidar a todos os Deputados desta Casa para fazermos um manifesto, um protesto para chamarmos a atenção da população do Paraná lá no pedágio em São Luiz do Purunã, onde iremos distribuir um jornal, um informativo de toda a história do pedágio até hoje. Iremos chamar a atenção do povo do Paraná para o

iminente reajuste das tarifas na casa dos 116% como ordenou a Justiça Federal.

Então, queremos convidar, como convidou ontem o Deputado Edgar Bueno, toda esta Casa para hoje, às 13:00 horas, fazermos lá em São Luiz do Purunã este manifesto, mostrando a indignação dos homens e mulheres de bem deste Estado, mostrando que não é possível sermos coniventes com esta realidade perversa e cruel que vai maltratar o sofrido povo do nosso Estado.

Concedo aparte ao Deputado Edson Strapasson.

O Sr. Edson Strapasson

Deputado Nereu, queria inicialmente, cumprimentá-lo pela forma brilhante, precisa, enérgica com que traz novamente à tribuna a questão do pedágio.

Sem dúvida é um assunto muito importante que deverá ser discutido amplamente por esta Casa e por toda a sociedade na medida em que estamos às vésperas de uma decisão judicial e que evidentemente não leva em consideração o lado social mas sim o lado jurídico, o lado do julgamento dos autos do processo e dos procedimentos pelo qual foram concedidas as rodovias do Estado do Paraná.

Veja bem a sua posição, a posição do Partido, a posição de pessoas e é importante neste momento deixar claro que não se trata do posicionamento de um grupo político de Oposição ou de Situação em relação a questão do pedágio.

Evidentemente esta onda de globalização, de privatização que atingiu o País e o mundo tenta nos impor a condição que a única saída seria a privatização de todos os serviços públicos. E aí é importante citar que o Governo, de forma geral, precisando engordar seus caixas para fazer frente muitas vezes à sua incompetência administrativa - e estou falando aqui de todos os níveis do Governo, Estadual e Federal - acaba botando a mão no bolso do cidadão para tentar fazer cumprir aquilo pelo qual o Governo foi eleito.

É importante citar também, Deputado Nereu, que o que está sendo questionado é a forma de cobrança de preços, a falta de controle e de fiscalização nos serviços executados já que quando nos referimos, segundo o Deputado Péricles ontem, uma majoração de preços até 100% ou mais que isso em relação à tabela do DER, quero colocar aqui uma experiência: quando Prefeito de Colombo tive a oportunidade em procedimentos de licitação, conseguir baixar em mais de 30% os custos unitários previstos pela tabela do DER.

E, evidentemente está claro que se uma licitação for feita de forma correta e séria consegue baixar em até 30% os custos. E, vemos que se cobra por um serviço que não se controla, não se mede os serviços e mais do que isso, se paga muito além do preço estabelecido por uma tabela oficial.

É importante citar neste momento que estamos à frente de um procedimento: ou a Assembléia posiciona de forma clara e objetiva qual a sua postura em relação a

essa questão, ou nós estamos impondo mais uma vez elevada carga tributária nas costas do cidadão brasileiro que já está cansado de pagar e não ver os serviços executados. Mais uma vez Deputado Nereu nós vemos aí o Governo tentando impor esses custos. Uma questão importante, já que o Governo quer privatizar, cobrar para andar nas rodovias públicas, eu acho que ele deveria pensar também em isentar definitivamente o ICMS do transporte, já que ele foi cobrado em cima de um transporte exatamente para que o Governo pudesse cumprir as suas obrigações em relação ao custo operacional dessas rodovias. Então, vem aqui uma questão, já que o Governo tenta privatizar e cobrar, segundo o Governo daquele que usa, que ele também isente a cobrança do transporte, do ICMS do transporte daqueles que fazem uso da rodovia. Então, é um posicionamento que não é da oposição, não é de situação, é acima de tudo de justiça, de moralidade na aplicação dos recursos públicos que é do cidadão, que é do Governo, que é de todos nós e que nós temos a obrigação de fiscalizar e de exigir justiça e moralidade na aplicação desses recursos. Parabéns pela sua colocação.

O SR. NEREU MOURA

Agradeço o Deputado Edson Strapasson, a contribuição que deu a nossa posição e dizer Deputado Edson que não é só o pedágio, é o IPVA, é o ICMS.

Para finalizar, Senhor Presidente, eu gostaria de dizer que eu assistindo televisão há alguns dias atrás assisti uma entrevista do Governador Jaime Lerner dizendo que ele era favorável e simpático ao fórum dos transportadores, a um fórum que se faz para analisar a questão das concessões das rodovias. Que ironia, que ironia o Governador tinha que ter feito isso antes de privatizar as rodovias, agora o serviço já está mal feito, agora o dano já está causado, que ironia, parece até brincar com o sofrimento do povo dizer que ele acha ótimo o fórum porque o fórum agora é importante. Ora, o fórum tinha que ser feito antes de privatizar, tinha que ter ouvido a sociedade, tinha que ter escutado o caminhoneiro, o agricultor, a população que vai pagar. Coloca-se de cima para baixo, faz a população engolir na marra, e depois, como se brincasse da desgraça alheia: “É bom o fórum, é ótimo o fórum”. Não podemos tratar o sentimento do povo com irresponsabilidade, tem que se ter responsabilidade no trato da coisa pública, não se pode brincar com o sentimento das pessoas, principalmente de um povo sofrido que nem consegue as vezes colocar o necessário para comer no final do dia na sua casa, por isso, Senhor Presidente, antes de concluir concedo um aparte ao Deputado Edgar Bueno.

O Sr. Edgar Bueno

Deputado Irineu Moura, gostaria de cumprimentá-lo, tanto é que a liderança das oposições nem fará o uso da palavra porque Vossa Excelência hoje cumpre com esse papel, aliás, com muita galhardia. Só gostaria de lembrá-lo e também aos demais deputados que as 13:00

horas está programado uma planfetagem aos usuários no São Luis do Purunã, saída para Ponta Grossa, onde nós estaremos lá com toda a Bancada da oposição, convidar os deputados da situação também que são simpáticos a essa causa para que compareçam então ali em São Luis do Purunã, às 13:00 horas, para que a gente possa começar a orientar, principalmente começando da base do usuário, e que amanhã também gostaríamos de convocar a todos e principalmente os deputados de oposição para que estejam nesse fórum de debates dos usuários porque eu acho que daí nascerá uma grande, uma nova proposta para acabar com esse abuso, principalmente do corpo mole que fez o Governo na questão da justiça, o Governo fez corpo mole para hoje ter uma desculpa: “Olha, não foi o Governo que concedeu esse aumento de 119%, quem concedeu foi a justiça”. Aí fica muito fácil, o Governo tira o corpo fora e aí engana mais uma vez a população.

O SR. NEREU MOURA

Obrigado Deputado Edgar, o povo do Paraná paga salário de marajás para os diretores das concessionárias, 22 mil reais. O gerente de recursos humanos, 12 mil reais. Salários de marajás o povo do Paraná está pagando para os diretores, para funcionários das concessionárias.

Para finalizar o meu pronunciamento, Senhor Presidente, quero dizer aqui, que eu, quando assumi o meu mandato em 95, vim para esta Casa com uma alegria muito grande, porque seria Deputado com o Governador Jaime Lerner, que para mim era uma sumidade. A imagem que eu tinha desse homem era muito grande e fantástica. Para mim, o Paraná muito embora eu tivesse apoiado o Senador Álvaro Dias, naquela campanha e fiz de tudo para que ele ganhasse as eleições, mas eu imaginava que o Paraná estaria em boas mãos. Confesso aos Senhores e Senhoras Deputadas, que frustrou-me muito o governo de Jaime Lerner, não só no primeiro, que para mim foi muito ruim, como também na seqüência, agora, nesse segundo mandato. Frustrou-me muito, não como político, mas como paranaense.

Eu, vendo o governador, há dias atrás eu estava em Cascavel no “Show” Rural, o maior evento tecnológico da América Latina promovido pela COPAVEL e é bom que se diga com exclusividade e à sociedade civil organizada do Oeste do Paraná e o governador foi lá, sabendo que a agricultura vive por momentos de dificuldades, o agricultor está se esvaindo, o governador disse o seguinte: “O Paraná é um Estado feliz, está ótimo e bem, conseguimos superar as dificuldades e, agora, o Paraná encaminha-se por caminhos felizes.” Fiquei pensando comigo, que esse governador só pode estar vivendo numa realidade totalmente diferente da realidade do povo do Paraná. É evidente que as coisas não estão boas. Não podemos tapar o sol com a peneira.

Não adianta o Governador Jaime Lerner vir a imprensa, para os meios de comunicação e dizer: está bom no

Paraná, o Estado está equilibrado, se nós sabemos que não é verdade e que é uma inverdade grande.

Ora, como o governador não paga os convênios com as prefeituras, desde o mês de agosto de 98? Se o Paraná estivesse bem, o governo teria pago as contas. Como o governo fica parcelando 1/3 de férias dos funcionários públicos? Como é que o Paraná está bem? Como é que o governo não cumpre com os seus compromissos com alugueis, com as prestadoras de serviços com as empreiteiras que prestam serviços ao Estado? Não dá para enganar a população. Não adianta o governo vir dizer que o Paraná está bem e ótimo, se a realidade é outra, se o povo está desempregado, se a violência campeia forte, a criminalidade aumenta, a agricultura padece e o desemprego se avoluma.

A realidade do governador deve ser a realidade de Paris, Londres, Madrid, Barcelona, não a realidade de Guarapuava, Ponta Grossas, Cascavel, de Umuarama, Maringá, Curitiba e da periferia. O governador está enganado. O povo do Paraná não está bem, sofre e nós estamos cansados com essa tapeação. O Paraná está cansado com a tapeação, com a ilusão e o acrílico que o Estado está bem, uma maravilha. Não sei onde está bem e onde está esta maravilha.

Senhor Presidente, concluo as minhas palavras, fazendo e reiterando um apelo: CPI para o pedágio é a solução, não existe outro caminho. Vamos fazer com que esse assunto seja devidamente explicado, transparente para que a população possa saber o que exatamente aconteceu. Quais foram as intenções que fizeram com que o preço se tornasse inzequível para a sociedade do Paraná. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário do PTB concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Faço uso da tribuna, pela primeira vez, neste período legislativo e aproveito para cumprimentar os componentes da Mesa, cumprimentar especialmente as Deputadas que estão aqui em Plenário, cumprimentar o Deputado Nereu Moura que assumiu a liderança do PMDB, nesta Casa e, pelo que vimos, veio com todo ímpeto possível para combater o governo Jaime Lerner, combater o Governo. Isso é bom porque teremos aqui oportunidade de debate e que certamente servirá para a população e para o crescimento do Estado do Paraná. Espero que o Deputado Nereu Moura continue com este mesmo ímpeto porque isso faz com que nós possamos discutir as questões do Governo.

Agora não tem como discutir um Governo sem comparar com outro Governo, você só pode fazer um debate se traçar um comparativo. Para quem teve a opor-

tunidade, ontem, o economista, Luiz Nassif, falando sobre a economia do Estado do Paraná, certamente acharia o pronunciamento do Deputado Nereu Moura, para não dizer ridículo, um pronunciamento que não cabe ao momento que vive o Paraná. O economista Luiz Nassif, disse ontem, na sua palestra, aqui no Paraná, que o Estado do Paraná foi um dos Estados que teve a coragem de enfrentar os problemas, de frente.

Enquanto se fala em reforma agrária, no Brasil, nós aqui, no Paraná, fazemos a nossa reforma agrária da nossa forma. Enquanto se fala, no Brasil, na questão da criação de emprego, no Estado do Paraná cai pela metade do desemprego. Disse o economista Nassif ontem que ainda o Governador Jaime Lerner tem um problema para resolver, para deixar este Estado redondo e pronto para, certamente, ser um dos Estados mais fortes desta federação, que é o ajuste das contas públicas. E todos sabemos, Deputado Nereu Moura, que o ajuste das contas públicas passa, Deputado Nereu Moura, pela questão da previdência. Todos sabemos que a questão da Previdência foi uma herança recebida pelo Governador Jaime Lerner e que estamos lutando há vários meses para tentar resolver a questão da Previdência. Todos sabemos que ao extinguir o Fundo Previdenciário do Estado causou um prejuízo enorme a esse estado. Disse com toda propriedade ontem o economista Nassif: “se o Governador Jaime Lerner conseguir resolver o problema previdenciário desse estado, o Paraná estará preparado para ser um dos estados mais fortes desta Nação”.

Só fiz esse comentário, porque quando se ouve um discurso de oposição parece que aqui no Paraná não tem governo. Aqui não está se fazendo nada; aqui a economia não avança, quando é totalmente diferente dos outros estados.

Conseguimos em quatro anos de governo, através da industrialização do estado, hoje as indústrias implantadas no Estado do Paraná significam 1.2 da arrecadação da agricultura desse estado. Quer dizer, em quatro anos plantamos mais uma agricultura. O que foi tudo isso? Foi tudo aquilo que o Governador Jaime Lerner disse que iria fazer. E que aquele mesmo lado foi combatido dizendo que a industrialização do estado não era correta, não era certa.

Quando fala aqui que pertencemos a vários partidos políticos é porque quero dizer que, quem implantou o pedágio no Rio Grande do Sul foi o Governador do PMDB. Para aproveitar e responder o Deputado Péricles de Mello quando disse que o Governador usou de um artifício diminuindo o custo do pedágio, porque sabia e já antevia que a justiça teria uma decisão contrária. Vejam como são traídos pela consciência. No Rio Grande do Sul aconteceu a mesma coisa. Saiu o PMDB do Deputado Nereu Moura que implantou o pedágio nas rodovias não federais. O Governador Antonio Brito implantou o pedágio nas rodovias estaduais. Nós aqui resolvemos um problema que era do Governo Federal. Enquanto nos governos anteriores colocava-se placas dizendo: “Esta

rodovia é de responsabilidade do Governo Federal”. Eram atitudes simplistas, populistas, fácil, mas os caminhões quando passavam carregados de soja ficavam a beira das rodovias por causa dos buracos.

Vejam com é a situação política, de um lado ouço um Deputado do PMDB, Líder do Partido fazendo um discurso da catástrofe do pedágio, quando seu governo pedagiou as estradas estaduais lá no Rio Grande do Sul.

Do outro lado ouço um Deputado do PT fazendo aqui uma previsão antevendo uma decisão da justiça, quando o Governador do Rio Grande do Sul, que hoje é do PT, também baixou o pedágio. Será que ele tinha a mesma opinião do Deputado Péricles de Mello? De que a justiça determinaria a volta do preço do pedágio?

A questão do pedágio nesse Estado Seria muito fácil como Deputado e populista fazer a defesa da não cobrança do pedágio, a suspensão do pedágio, devolver as rodovias federais, que é de responsabilidade do Governo Federal, ao Governo Federal. Seria uma atitude simplista, populista, num momento agradável à população do Paraná. Mas, viria contra um projeto que existe nesse Estado hoje de desenvolvimento. Não é de graça que o desemprego no Estado do Paraná cai pela metade. Não é de graça que hoje o Paraná é o segundo Polo Automobilístico desse país. Não é de graça de que a hora que o Paraná começar a recolher os impostos dessas indústrias vamos ter um crescimento que certamente passaremos o Rio Grande do Sul e o deixaremos para trás. Mas, tudo isso faz parte de um contexto.

Agora não podemos, porque somos aqui situação ou somos aqui Oposição tratar a questão do pedágio de uma forma que se torna simples. Também poderia ter essa atitude simplista, agora pergunto aos senhores.

Resido e moro numa região que usamos a BR-153, e outro dia fui a uma faculdade municipal de União de Vitória conversar com os estudantes e fui questionado sobre a questão do pedágio. Vejam como é uma situação bem diferente.

Um estudante se levanta e me diz o seguinte: Rossoni, por que o Governo Jaime Lerner está discriminando a região da União da Vitória?

Eu disse: Por quê?

O estudante: - Porque todo o Estado do Paraná têm rodovias em boas situação, apesar de pagar pedágio. Nós aqui da União da Vitória não temos uma rodovia há mais de 10 anos, porque é uma rodovia federal que não é conservada. Aonde os nossos caminhões e o transporte têm que ser desviado para outras regiões.

Daí tive que responder ao estudante: - Veja, de um lado quem tem o pedágio reclama por pagar o pedágio, do outro lado, quem não tem o pedágio e tem as rodovias como nós temos na nossa região, pergunta por que está sendo discriminado.

Se essa solução do pedágio tivesse sido uma inovação do Governador Jaime Lerner! Essa situação do pedágio aconteceu aqui no Paraná mas antes aconteceu em São Paulo, o estado vizinho. Um estado rico. Um

estado que tem a metade do PIB nacional e, que não teve condições de recuperar as rodovias estaduais e federais para não cobrar o pedágio.

Por outro lado aqui, cobra-se do Governo Jaime Lerner que ele tinha que recuperar as rodovias ou deixá-las como estavam. Imaginem os senhores. Se os senhores quiserem fazer uma visita a 153, que liga Santa Catarina ao Rio Grande do Sul, que é uma rodovia federal, não pedaguada. Imaginem todas as rodovias federais nas condições que se encontra essa rodovia, a situação da economia paranaense.

Quero dizer aos Senhores Deputados que são contrários ao pedágio. É fácil fazer a defesa aqui da não cobrança do pedágio. Porque como toda e qualquer taxa ela é antipopular. Agora certamente o Paraná não é uma ilha aonde tudo tem que ser diferente, mas como esse país é pluripartidário, é muito importante de que cada Deputado ao fazer o seu pronunciamento aqui nesta Casa, veja a linha de ação do seu partido, aonde ele é Governo, porque senão nós estaremos nos contradizendo todos os dias.

Ora, eu tenho o maior respeito pelo Governador Mário Covas, acho um dos governantes sérios deste país.

Agora, quando na história do Paraná, o Estado de São Paulo, se incomodou com o Paraná? “Nunca”. Porque eles faziam do Paraná, o que queriam, eles determinavam o que o Paraná tinha que fazer. Hoje, a denominada guerra fiscal trouxe ao Estado de São Paulo a preocupação, porque do seu lado está um estado forte, crescendo, diminuindo o desemprego, conseguindo resolver os problemas gravíssimos que tem este Estado, e aí vem o Governador do Estado de São Paulo reclamar do Governo Jaime Lerner. Por que ele reclama?

A resposta é simples, é porque nós estamos causando problemas para o Estado de São Paulo. Porque enquanto este Estado não causava problemas ao Estado de São Paulo, nós nunca vimos nenhum Governador fazer nenhuma reclamação.

Então, quero para encerrar aqui o meu pronunciamento, inicialmente lamentar o som que eu estou tendo aqui que é um desastre. não estou ouvindo a minha voz, por isso que às vezes até eu altero a minha porque penso que vocês não estão me ouvindo, daí eu tenho que falar alto, mas estamos em reforma, e o presidente nos garantiu que o som vai melhorar e até acredito que é um pouquinho da falta de atenção do rapaz da mesa porque agora melhorou.

Mas antes de encerrar o meu pronunciamento, quero dizer ao Deputado Nereu, de que eu não lhe darei aparte hoje, mas nós teremos oportunidade de discutir esta questão na próxima semana, senão vamos esvaziar o assunto, e Vossa Excelência perderá o ímpeto do discurso de Líder do PMDB, e eu gostaria que Vossa Excelência, continuasse com esse mesmo ímpeto, porque me dará oportunidade de aqui traçar um comparativo das desigualdades, dos problemas, de como é governado o Estado do PMDB, de como são governados os Estados do

PSDB, de como é governado o Estado do PT, do Rio Grande do Sul. Podemos aqui traçar comparativos, porque não existe outra maneira de discutirmos aqui a questão de Governo, se não traçarmos aqui um comparativo.

Quanto a decepção do Deputado Nereu Moura com o Governo Jaime Lerner, é óbvio, não poderíamos esperar outra palavra do senhor, porque se Vossa Excelência subisse naquela tribuna e o que tem dentro do seu coração reconhecesse as transformações que estamos fazendo neste Estado, Vossa Excelência depois seria chamada a atenção pelo seu chefe maior, seu líder maior, porque jamais aceitaria uma palavra de elogio ao Governador Jaime Lerner. Vossa Excelência merece ser Líder do PMDB, porque segue à risca a linha determinada por vosso líder. Acho isso super importante, porque também faço o exercício da Liderança do Governo da mesma forma. Não temo discutir o Governo Jaime Lerner e compará-lo a qualquer governo em qualquer circunstância, em qualquer lugar e em qualquer debate.

Então, teremos oportunidade, graças a Deus, sim, com um Deputado brilhante à frente de uma liderança de um partido importante, e no ano 2000 poderemos aqui traçar um comparativo entre o Governo Jaime Lerner e o Governo Roberto Requião.

Poderemos aqui dizer o que fizemos, não vamos só atrás do discurso negativista, vamos atrás do discurso do que se fez neste Estado, e seria importante que também se fizesse uso da tribuna, e dissesse: “no nosso Governo fizemos isso, vocês não estão fazendo”, porque aí vamos começar a discutir “Governo”, a questão do pedágio é uma questão que está acontecendo no país inteiro. O Governador Jaime Lerner tem dado demonstrações, só para quem não quer ver, que ele não aceita esse valor determinado pela justiça. O Governador Jaime Lerner tem dado mostras de que quer um preço para o pedágio compatível com a realidade deste Estado. E acho que chegou o momento de nos somarmos ao Governador e fazermos com que as concessionárias aceitem um preço compatível para que não venha prejudicar a economia deste Estado. E é essa a posição do Governador e tem todo o nosso apoio.

Quanto a nós discutirmos aqui o que ganha um diretor de uma empresa privada, não cabe a mim, porque na minha empresa eu pago o que quero. O que temos que discutir, sim, é o preço do pedágio, se ele está alto, se ele está baixo e qual o valor real. Não podemos entrar na questão da iniciativa privada, porque esse não é um problema nosso. Temos que trabalhar com a iniciativa privada na questão que se refere a questão pública, que é a questão do pedágio.

Então, fica claro, definido, para que todos tomem conhecimento, que o Governador Jaime Lerner vem travando uma batalha, como não tínhamos outra saída a não ser assumir uma responsabilidade do Governo Federal, ele assumiu essa responsabilidade, ele assumiu esse desgaste político, porque, senão, o desenvolvimento deste

Estado estaria travado, pela situação que se encontrava e se encontrariam as rodovias.

Espero, na próxima semana, na segunda-feira, continuarmos este debate. Cumprimento o Deputado Nereu Moura e peço desculpas por não ter dado o aparte, porque quero respeitar o Regimento Interno.

Muito obrigado.

O SR. BERALDIN

Senhor Presidente, apenas...

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Deputado Beraldin, lamento, mas para manter o ritmo, o seu partido ainda tem o Horário da Liderança disponível. Vossa Excelência poderá usar a palavra neste horário, salvo seja uma questão de ordem regimental.

O SR. BERALDIN

Não, não é regimental, apenas duas palavras.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Eu lhe concederei no seu partido, para que Vossa Excelência possa...

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Deputado Caíto, fiz a inscrição, a menos que o Deputado Beraldin queira usar o Horário das Lideranças, mas está inscrito o meu nome no Horário das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Perfeitamente.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Se o Deputado Beraldin quiser usar.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Esta Presidência, a pedido do Deputado Péricles, anuncia a presença do Vereador Jeferson Tramontin, de Ponta Grossa, da mesma forma a presença dos Senhores Darci Gaiardo e Jorge de Sousa, membros da Comissão de Construção da Ponte de Capanema - Andresito, na integração da Província de Missiones e o Estado do Paraná.

Na continuidade, Horário da Liderança do PFL.

(**Declina**)

Horário da Liderança do PSDB, com a palavra o Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

O que estamos aqui sempre colocando a questão das idéias, e com todo o respeito ao Parlamentar, e até isso não podia ser diferente, Deputado Valdir Rossoni, a quem respeitamos pela lealdade na defesa do Governo Lerner, porque é uma tarefa difícil, espinhosa e traz, com certeza, grandes dilemas para o seu interior.

Muitas das vezes, o líder, na missão espinhosa, é obrigado a defender ações de Governo que ele próprio não acredita e daí o Deputado Valdir Rossoni se superar na sua exposição quando defende a postura do Governo no assunto pedágio.

É uma questão extremamente difícil, porque o Governo já começou errado. O projeto está errado no princípio. A Oposição nunca disse que é contrária ao pedágio nesta Casa. É só olhar os Anais desta Casa, que desde 1997, em nenhum momento a Oposição criticou dizendo que era contrária ao pedágio. Sempre fomos muito firmes e claros quando dissemos que somos contrários à cobrança, a forma da instituição do pedágio, a forma como foi instalado ou constituído o pedágio neste Estado.

Reconhecemos, inclusive como justiça, o pedágio. Mas concordamos que o pedágio deve ser para servir a população, a economia, o interesse do nosso Estado. E não para servir às concessionárias, não para servir áreas de governo, melhor dizendo, de governantes, mas é para servir a população que deve se instituir o pedágio.

E hoje, estamos vendo um governo divorciado num projeto que anunciou como um dos mais importantes da sua administração e de forma inclusive mirabolante, porque usou a imprensa para justificar os efeitos que traria à economia e não para justificar o mérito do contrato e do pedagiamento das nossas estradas.

Esta é a questão que a Oposição coloca. A Oposição coloca que é inadmissível estabelecer, implantar um pedágio no Estado, sem sequer conversar e discutir com a população. A Oposição coloca que os valores e a planilha têm que ser discutidos, porque não se pode impor à população um preço público para ser cobrado nas praças de pedágio, sem primeiro ter discutido e conhecido as variantes que isto provoca na população e o custo social que isto traz.

É isto que a população discute em qualquer Plenário, em qualquer fórum. Porque se São Paulo cobra, se o Rio Grande do Sul cobra, não conhecemos e nem temos responsabilidade pelo que ali foi estabelecido. Mas, aqui no Paraná, enquanto representantes da população do Paraná, somos responsáveis pelos atos que aqui tomamos. E é por isso que temos tomado esta posição e ela é coerente.

A Oposição não vem neste ano 2000 para combater o Governo Lerner. Ele é o Governo dos paranaenses e não podemos vir para combater o Governo. Estamos aqui para apontar, denunciar e mostrar os erros do Governo Lerner. É diferente! Estamos aqui para mostrar os erros que vão desde o momento em que o Governo vazou dinheiro pelo ralo no caso das jaquetas e não permitiu que se fizesse uma CPI. Não permitiu que se trouxesse à clareza da luz o processo de corrupção dos jogos do Estado. A Oposição veio denunciar o desmando que aconteceu no BANESTADO, especialmente no BANESTADO Leasing, que o Governo, por outra forma também não permitiu que se trouxesse à luz a fiscalização e o con-

hecimento da verdade. A Oposição vem criticar os Jogos da Natureza, esbanjou-se dinheiro público e está lá apodrecendo nas barrancas do lado de Itaipu, recursos que eram da sociedade e que irresponsavelmente foram gastos. É por isso que a Oposição vem denunciar, mas não vem interpor algumas dificuldades ao Governo Lerner, porque o sucesso do nosso Estado depende da sua ação, e naquilo que o Governo acerta, a Oposição não tem nenhuma dificuldade, não tem nenhuma dúvida de dizer: “o Governo acertou”.

Reconhecemos que o projeto de industrialização é importante ao Paraná, como é importante a qualquer Estado da Federação. Só o que questionamos é a fórmula que foi implantada, porque este Estado tinha dois instrumentos eficientes de apoio ao desenvolvimento regional e institucional do nosso Estado: um era o FDE - Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná, que simplesmente, literalmente, faliram com o Fundo que era o instrumento de alavancagem da nossa região, eram aqueles recursos que iam para um Fundo que o Estado poderia investir nas regiões menos favorecidas pelo desenvolvimento econômico e social; enquanto que há outras que pudessem resgatar o empréstimo, tinha os instrumentos externos, e inclusive o interno através do BNDES para poder fazer.

Liquidamos com o FDE, criamos dificuldades para todo o Estado do Paraná, porque esses recursos foram concentrados numa única região e num único setor, praticamente. Temos o FDU, outro instrumento de alavancagem do desenvolvimento e da correção das desigualdades sociais e econômicas de nosso Estado. Entretanto, onde está o FDU? Onde está o Fundo de Desenvolvimento Urbano do nosso Estado? O atual Prefeito de Curitiba, Sr. Cássio Taniguchi, quando Secretário de Planejamento, afirmou que tinha recursos para fazer o desenvolvimento urbano de nosso Estado, porque o Fundo contava com um bilhão e duzentos mil reais, e onde está? Não se tem, hoje, recurso para apoiar o desenvolvimento dos municípios. E se o Sr. Luis Nassif, o economista Luis Nassif veio ao Paraná para fazer essas afirmações, com todo respeito ao economista, ao comentarista, mas ele deve ter poucas informações a respeito de todo o Paraná, deve ter poucas informações da nossa economia e de como funciona o nosso Estado.

Quanto aos empregos anunciados pelo Governo, entendendo, pelo Líder do Governo, até um dia fiz uma consideração que não precisava de muitos investimentos no Paraná para a geração de emprego, era criar mais uma Secretaria do Trabalho, e que tínhamos resolvido o problema do emprego no Paraná. Foi feita com festa a instalação das indústrias, afirmando que elas gerariam cem mil empregos diretos e mais cinquenta mil empregos indiretos. Esta foi a propaganda vendida ao Paraná. No entanto, recentemente, estamos aí com um pouco mais, dos diretos e indiretos, em torno de treze mil empregos anunciados por órgão de pesquisa do Estado. Mostra que o valor da propaganda tem sido muito maior do que o

valor dos investimentos feitos para mudar os órgãos de pesquisa do Estado.

Mostra que o valor da propaganda tem sido muito maior do que o valor dos investimentos feito para a mudança da estrutura de nosso Estado. Assim como também o foi, Senhor Presidente, o anel de integração, que um metro de pavimento não foi feito e criou-se na mídia a impressão que tínhamos criado um outro sistema viário em nosso Estado e, inclusive, o governador subindo sobre máquinas na Rodovia do Café, dizendo que em dois anos ela estaria duplicada. Isso são imagens, que com certeza, aparecerão na televisão e na mídia no momento oportuno e lá está a Estrada do Café sem a duplicação e as demais, sem realizar mesmo as terceiras pistas, que permite a fluidez do tráfego com mais rapidez.

Agradeço Senhor Presidente, Senhores Deputados, pela atenção e apoio à Mesa pela generosidade do tempo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

A Presidência consulta a liderança do PMDB se fará uso da palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor Presidente, apenas uso o horário do PMDB, para fazer o contraditório de algumas colocações do Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni, quero dizer que admiro V. Exa., que é um brilhante Parlamentar, um bom Deputado, corajoso - tanto é corajoso que sobe à tribuna para defender o Governador Jaime Lerner. Aí fica demonstrado que V. Exa. é um Deputado que merece o nosso respeito e a nossa consideração.

O economista Luiz Nassif, quando fez essa análise do Paraná, a fez calcado na propaganda do Governo Jaime Lerner - na propaganda virtual. Naturalmente que ele não conhece o Paraná, não mora no Paraná e não vive aqui e fez essas informações baseado na propaganda do governo. É a única justificativa que temos para poder definir as afirmações do competente e renomado colunista Luiz Nassif.

Então, não dá para ter como base, se fosse um paranaense, um jornalista do nosso Estado que vive aqui, que convive com o dia-a-dia, poderíamos dar credibilidade. Mas um cidadão que vem de fora, que não conhece o nosso Estado e que é monitorado pela propaganda do governo, não dá para levar como referência as suas informações.

A reforma agrária não dá para falar - o Jaime Lerner numa pompa no Palácio Iguaçu estadualizou a reforma agrária e o que ele fez com a reforma agrária do nosso Estado? Virou um barril de pólvora, onde não houve, a partir do ano passado, salvo engano, não houve uma propriedade que tivesse regularizado a reforma agrária. Estão aí os proprietários de um lado e os

sem-terra do outro. Não dá para fazer média em cima da reforma agrária.

O Governador do Rio Grande do Sul - eu fui eleito para defender o Paraná, não foi o Rio Grande do Sul, - mas se tivéssemos que fazer uma comparação e acho perigoso isso, eu iria dizer: o que falaram, então, do PFL, que governou o Acre e que matava pessoas com moto-serra? Não dá para fazer comparações. Não acredito que o Governador Jaime Lerner é capaz de fazer isso. O Paraná é diferente. Sou Deputado do Paraná. Não fui eleito para representar o Rio Grande do Sul. Um erro não justifica o outro - se lá cometeram um erro por que vamos cometer aqui?

Quero em defesa do PT, dizer que o Governador Olívio Dutra reduziu, sim, o pedágio no Rio Grande do Sul, mas reduziu depois da eleição, não foi antes da eleição, assim quando ele assumiu o poder, no Palácio Paritini, no Rio Grande do Sul.

Não dá para fazer essas comparações, elas são perigosas. Se formos pegar por aí governantes de outros Estados, vamos chegar à conclusão, que em determinado Estado o partido, que dá sustentação ao governo, aqui, usa de expedientes terríveis para matar as pessoas.

Senhor Presidente, é importante e salutar e temos que fazê-lo aqui. O PMDB não vai correr da raia. Vamos trazer aqui os comparativos do nosso governo e dos governos José Richa, Álvaro Dias, Requião, para mostrar ao Paraná os avanços que o nosso Estado teve. Quero dizer mais uma coisa: não sou cabeceado (?) pelo Governador Roberto Requião, o tenho como um grande líder, respeito a figura do Senador Requião, mas ele não monitora os nossos passos, aqui na Assembléia. Aqui temos o livre arbítrio de nos posicionarmos da forma como entendemos e em nenhum dia da minha vida recebi um telefonema sequer do Senador Requião dizendo para fazer isso ou aquilo, contestar o governo, criticá-lo ou elogiá-lo, nunca, nunca! Sempre agimos com a maior tranquilidade, com o maior respeito possível porque o PMDB é um partido democrático. Pode até que dentro da nossa bancada tenham pessoas que não pensem igual a nós e que se manifestem dessa forma.

E o salário, Deputado Valdir Rossoni, na empresa de V. Exa., V. Exa. diz lá o salário que vai ser pago para os seus funcionários, agora o pedágio quem paga é o povo! O pedágio está ali, na planilha de custos, as concessionárias apresentaram a planilha de custos colocando um salário de 22 mil reais para o Presidente das concessionárias, de 13 mil reais para os diretores. Quem paga são os usuários do sistema, é diferente! Se lá na minha empresa eu pago, 1.000, 2.000, 3.000 reais para um gerente, sou eu que estabeleço o preço e sou eu que pago. Agora o pedágio é diferente, quem paga é o povo do Paraná, porque o custo do salário está na planilha de custos das concessionárias das rodovias.

Então, é evidente que tenho que reclamar, o custo do pedágio está alto por que? Porque também o povo do

Paraná paga salário de marajá para os diretores das concessionárias!

Naturalmente que aqui vamos estabelecer o diálogo, eu disse para o Valdir Rossoni, tenho um respeito enorme por ele, é um grande Parlamentar, corajoso, vibrante, não se esconde, coloca a cara a limpo, e isso é importante. O Parlamento é feito de discussões, do contraditório, da opinião divergente, sempre com respeito, com consideração e é esta linha que o PMDB irá adotar aqui, que sempre adotou com outros companheiros que nos antecederam na liderança.

Quero, antes de finalizar, Senhor Presidente, saudar aqui, com muita alegria a presença do ex-Prefeito de Laranjeiras do Sul, meu amigo José Augusto Beck Lima como também do empresário Masuqueto, lá daquela cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Encerrado o Horário do PMDB.

No Horário do PST, com a palavra o Deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor Presidente, Mesa Diretiva, nobres Parlamentares, senhoras e senhores.

Estamos assistindo este debate entre Situação e Oposição com relação ao pedágio, que é um assunto oportuno e palpitante, uma vez que vamos ter, amanhã, um grande fórum de nível estadual, para debater esse problema. Apesar de que na nossa ótica, salvo engano, ela está atrasada, no mínimo, 3 anos, essa discussão. Porque se esse fórum tivesse acontecido há 3 anos atrás não estaríamos sofrendo os dissabores de hoje, com certeza. Porque, na realidade, a imprensa lembra disso, há 1 ano atrás fizemos um apelo aqui, para que evitássemos que a questão pedágio fosse para a canaleta da justiça, porque nós, que temos formação jurídica, e os Senhores sabem também, que a Justiça é lenta, morosa e não podíamos perder este tempo precioso na discussão, nos fóruns regionais e nacionais, enquanto a nossa gente sofria aqui com essas rodovias que ligam nosso interior. Nosso sofrido interior que não se desenvolve porque as rodovias na realidade são instrumentos de desenvolvimento econômico e nosso interior sofre por isso porque não temos um escoamento seguro, tranquilo e econômico e tudo nós apostamos nessa terceirização.

Então os Senhores estão lembrados que falamos isso e a imprensa até, mais precisamente a "Folha de Londrina" por um equívoco disse que exigimos um aumento de pedágio e não era nada disso que queríamos. Queríamos a solução do problema. Queríamos o reinício das obras, a duplicação dos trechos constando em contrato. Um ano se passou e não se fez um metro sequer de duplicação.

Agora, olhando pelo prisma empresarial que entendo, faço aqui um apelo, vamos reservar energia para

acharmos um ponto de equilíbrio. O que está acontecendo é o seguinte a sociedade aceita o pedágio. A idéia inovadora do Governador Jaime Lerner não destoa nada desse empreendimento. O que está destoando é que essas empresas estão querendo colocar um preço que os usuários não têm como absorver esses preços. Porque hoje a tarifa de pedágio para as transportadoras são superiores, elas somam na despesa final mais do que o consumo de óleo diesel. Não é má vontade. É uma situação de agonia total. Estão querendo vender uma mercadoria que o comprador não tem como pagar. Temos que achar esse ponto entre as três partes. Onde o Governo, as concessionárias e os consumidores possam pagar.

Pelo que vi no balanço das empresas elas receberam mais 250 milhões e investiram 285 milhões, segundo eles. Caso não saibam disso, entramos aqui nesta Casa com um projeto para se criar agências reguladoras, controladoras das empresas padagiadoras. Não sabemos como anda essa caixa preta, porque não temos números. Temos informações superficiais. Precisamos de dados concretos, contábeis, claros para informarmos a sociedade. E isso não temos.

No meu entendimento essas empresas estão querendo reaver os investimentos num prazo muito curto. Todos sabem que qualquer empreendimento no Brasil e até dos Estados Unidos, o período de maturação no mínimo é de 7 a 10 anos. E as empresas padagiadoras em menos de dois anos já conseguiram reaver quase a totalidade dos investimentos.

Continuo fazendo o mesmo apelo, não podemos continuar nos tribunais. Com relação a CPI sou contra também, porque vai rolar vinte anos para discutir.

Temos que achar o lado prático, a negociação é o lado prático. Formar uma comissão e exigirmos que se mostrem os números e se chegue a um ponto que as concessionárias comecem a trabalhar e a cumprir esse contrato.

Esses contratos são Leoninos. São feitos por juristas internacionais e aquele que achar que com qualquer conversa vai romper o contrato, é porque desconhece a legislação, desconhece direito, porque essas empresas estão apoiadas num direito, em cláusulas Leoninas, como já disse, que em qualquer Tribunal do Estado do Paraná ou do Brasil elas terão os direitos reconhecidos.

Concedo o aparte ao Deputado Tony Garcia.

O Sr. Tony Garcia

Esses contratos são Leoninos, mas hoje a Justiça já tem com relação aos contratos Leoninos, tem uma outra visão. Um contrato Leonino hoje, não prevalece mais nem na I e nem na II Instância. Já são revistos por serem Leoninos. Quer dizer, essas cláusulas Leoninas, justamente, causam problemas. Dá para ver essa revisão sim.

Mas, acho que nesta discussão o que precisamos nós todos desta Casa e principalmente os da Situação, também sou contra as CPIs, acho que essas coisas de CPIs só se enrolam mais, criam fatos políticos, os holo-

fotes, isso não vai resolver o problema premente hoje no Paraná.

As estradas vão ter as conversações que foram necessárias, as obras que foram previstas nos contratos ou vai ficar nesse impasse da Justiça. O que falta nesse momento é coragem política. Nós da Situação temos que ter coragem e cobrar isso do Governador, para que nesse momento ele resolva de uma vez por todas. Ou aumenta e recomeça as obras ou de uma vez por todas cancele as concessões, ou devolva para o Governo Federal, ou se crie um fundo no Estado, capitalize este fundo e não aumente o pedágio, como é feito até hoje. Mas, o que temos que cobrar neste momento é coerência e coragem política neste governador e dizer: sim ou não. Não nessa enrolação que fica mais de um ano e que a gente não sabe como vai fazer.

Somos cobrados em cada ponto que passamos e ninguém quer aumento. Óbvio, ninguém quer aumento, hoje aumentaram impostos, já tivemos um desgaste muito grande em relação ao IPVA sofremos na carne isso aí.

Agora o momento é difícil, temos que ter coragem, nós da base do governo, de cobrar do governador para que essa decisão seja tomada imediatamente se possível ainda semana que vem.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Obrigado pelo seu aparte nobre Deputado.

Essa preocupação de V. Exa. é preocupação e todos nós, Oposição, Situação, a sociedade paranaense clama por uma solução. O Líder Rossoni coloca aqui com muita propriedade. O pedágio é uma modernização, agora essa mercadoria não estamos conseguindo pagar. A esse preço não!

Então precisamos chegar nesse acordo sair da esfera judicial e partir para o campo da negociação. O problema é comercial, o problema não é político, o problema é preço.

Esse apelo faço, que conduzamos essa questão no campo prático, já perdemos muito tempo. A safra vem aí, as rodovias estão esburacadas e estamos andando para trás. Precisamos urgentemente de uma decisão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Consulto a Liderança do PSB, se fará uso do seu horário. (**Declina**).

Consulto a Liderança da Oposição. (**Declina**).

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, em nº de 03 (três) de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 599/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que proíbe a locação de equipamentos para a fiscalização das rodovias Estaduais. **Aprovado.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 445/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Grupo Ecológico Arindiana Jones, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 601/99, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva, Recreativa e Cultural 19 de Julho (SERC 19 de Julho), com sede e foro no Município de Itaipulândia. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.** Emenda. **Aprovada.**

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 259/99, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Jesuítas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. **Aprovado.**(Publ. no D.A. nº 51, de 20.05.99)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 259/99

P A R E C E R :

Parecer ao Projeto de Lei nº 259/99, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Jesuítas.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 26.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 259/99

P A R E C E R :

Para análise desta Comissão o presente Projeto de Lei nº 259/99, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Jesuítas.

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, que não encontrou nenhum óbice à constitucionalidade e legalidade do presente projeto, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.12.99.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
PÉRICLES MELLO - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 539/99, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar lote de terreno conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.I.C.. **Aprovado.**(Publ. no D.A. nº 150, de 25.10.99)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 539/99

P A R E C E R :

Parecer ao projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar lote de terreno conforme específica.

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade e constitucionalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 09.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 539/99

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar lote de terreno conforme específica.

Fundamentação

Chamada a opinar, esta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, entende que a doação do referido imóvel beneficiará a obra para ampliação do Parque de Exposições.

Conclusão

Sendo assim, somos do parecer favorável a sua tramitação.

Sala das Comissões, em 09.11.99.

(aa) NEREU MOURA - Presidente
IRINEU COLOMBO - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 591/99, de autoria do Deputado Cesar Silvestri, que altera o *caput* do artigo 1º da Lei nº 12.612, de 12 de julho de 1999, que deu nova redação ao *caput* do artigo 1º da Lei nº 11.353, de 14 de março de 1996. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**(Publ. no D.A. nº 172, de 22.11.99)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 591/99

P A R E C E R :

O presente projeto, de autoria do Deputado Cesar Silvestri, visa alterar o *caput* do artigo 1º da Lei nº 12.612, de 12 de julho de 1999, que deu nova redação ao *caput* do artigo 1º da Lei nº 11.353, de 14 de março de 1996.

Chamada a opinar, esta Comissão verificou que não encontra nenhum óbice de natureza regimental, constitucional e legal.

Deste modo, apresentamos parecer favorável ao projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
NEREU MOURA - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 595/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Guaratuba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.I.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 175, de 23.11.99)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 595/99

P A R E C E R :

O projeto em epígrafe, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Guaratuba.

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade e constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua normal trami-

tação por esta Casa de Leis, sendo pois, nosso parecer favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 07.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 595/99

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, visa autorizar o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Guaratuba.

Chamada a opinar, esta Comissão verificou que tal doação trará grandes benefícios para a comunidade do Município de Guaratuba e do Litoral do nosso Estado, uma vez que será utilizado para dar suporte nas áreas de educação e assistência social.

Deste modo, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.99.

(aa) NEREU MOURA - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 624/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rosário do Ivaí, com sede no Município de Rosário do Ivaí e foro no Município de Grandes Rios. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.**(Publ. no D.A. nº 182, de 30.11.99)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 624/99

P A R E C E R :

O presente projeto, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rosário do Ivaí, com sede no Município de Rosário do Ivaí e foro no Município de Grandes Rios.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 636/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública o Instituto Maringaense de Reintegração Social - IMARES, com sede e foro no Município de Maringá. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.**(Publ. no D.A. nº 186, de 06.12.99)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 636/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Instituto Maringaense de Reintegração Social - IMARES, com sede e foro no Município de Maringá.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/00, de autoria da Comissão Executiva, Mensagem nº 001/00, referenda o Decreto Legislativo nº 01/2000, que autorizou o Sr. Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do País, com destino à França. **Aprovado.**

PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 001/00
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica referendado o Decreto Legislativo nº 01/2000, de 24 de janeiro de 2000, que autorizou o Sr. Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do País, no período compreendido entre os dias 25 e 29 do mês de janeiro do corrente ano, com destino à França (Paris), afim de firmar Protocolo de Intenções com a Renault do Brasil S/A, visando a instalação de montadora de veículos utilitários no Paraná.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.02.00

(a) COMISSÃO EXECUTIVA.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sobre a mesa, Requerimento nº 082, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento nº 085, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimentos nºs 083, 084 e 086 a 088, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 089 e 090, de autoria do Senhor Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 095, de autoria da Senhora Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 096, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 601/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 259, 539, 591, 595, 624 e 636/99.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 605/99.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS ZUK, EM SESSÃO DO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 2000.

“O RATO E A RATOEIRA”

O Estado do Paraná

Pelo menos nas estradas do território paranaense, as empresas fabricantes de radares, ratoeiras e outros equipamentos eletrônicos de fiscalização do trânsito, estão impedidas de aplicar multas ou delas auferir qualquer vantagem. Lei aprovada pela Assembleia Legislativa nesse sentido foi sancionada pelo Governador Jaime Lerner no final do ano passado, colocando fim à farra que beneficiava uma empresa paulista, dona dos equipamentos em uso no Estado. Em sessenta dias, contados da sanção da lei, o governo, através do Departa-

mento Estadual de Estradas de Rodagem, deverá renegociar o contrato.

A edição da lei suscitou algum debate. Apressado, o governo havia delegado a função de fiscalizar o cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro à iniciativa privada, exatamente à parte interessada na venda dos equipamentos que, segundo se informa, custariam hoje cerca de dois milhões de dólares. A empresa beneficiada tem na aplicação das próprias multas uma forma direta de ressarcimento, já que é remunerada conforme o número de multas que aplica. Isso equivale mais ou menos a entregar ao rato a vigília do queijo e da ratoeira.

Segundo fonte do DER, a nova situação vai criar algum embaraço, que deve começar já com as célebres multas contratuais sempre previstas. A compra de tais equipamentos pelo Estado e, principalmente, a sua operação e manutenção, inviabilizariam o serviço, já que o governo não tem recursos disponíveis para isso. Segundo se informa, a malha rodoviária estadual é monitorada atualmente por meio de sessenta radares tradicionais, que serão desativados em breve, e outros dez radares platônicos. O DER explica que, sem novos investimentos, isso reduzirá o monitoramento para menos de um por cento da malha viária, comprometendo a segurança no trânsito.

Discordamos da assertiva. Primeiro, porque se aplicar multas é uma atividade que pode ser economicamente atrativa para uma empresa privada que tem o objetivo de lucro, muito mais o seria para o serviço público - a Polícia Rodoviária - que em lugar do lucro tem compromisso com a educação e com a segurança dos cidadãos em trânsito. Segundo, porque a segurança no trânsito não advém do número de radares em serviço, nem também do número de multas aplicadas e, sim, do grau de consciência e de educação alcançado pelos motoristas. Terceiro, porque mais importante que coibir velocidade é proporcionar condições de segurança a quem trafega, e nisto o Estado tem falhado sempre.

É uma pena que o exemplo que vem com a nova lei não vale para os serviços que, pelo novo Código de Trânsito, foram delegados aos municípios. Prefeitos existem - e infelizmente constituem a maioria - adeptos das multas eletrônicas tão combatidas pelo falecido Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Deputado Anibal Khury. Como é público e notório, a penalização (e não a educação e a segurança) é o que importa e, na maioria dos casos, ela nasce de uma estranha (para não dizer indecente) parceria entre o poder público e os fabricantes de equipamentos eletrônicos, à semelhança do incestuoso relacionamento que, no âmbito estadual, acaba de ser banido.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANNIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 2000.

“O PERSISTENTE”

Gazeta do Povo

O Presidente FHC não se conforma com a fragorosa derrota imposta pelo Supremo Tribunal Federal (STF), na correta interpretação de inconstitucionalidade da contribuição previdenciária pelos aposentados e pensionistas decidida pela unanimidade dos ministros; questionando inclusive, à originalidade de Nelson Rodrigues: “Que toda unanimidade é burra”.

“Como ladrão da noite, se prepara saque aos trocados das viúvas”

Impregnado pela ânsia de conspurcar a imagem dos servidores públicos, sorrateiramente - tal qual o ladrão da noite - prepara via Congresso uma nova conjuração para alterar a legislação vigente, com o propósito de assaltar os trocados que restam no bolso dos aposentados e das pobres viúvas pensionistas, “prestes a soprarem as velinhas do bolo comemorativo do sexto aniversário sem reajuste salarial.”

Não bastasse “os achaques” aos servidores civis - que têm sido o cardápio favorito do presidente, - injustamente identificados como inoperantes e únicos responsáveis pelo desastre do déficit da Previdência, o Ministro da Defesa, que se sente injustiçado pelas acusações que vem sofrendo, e que ninguém sabe se prestou o serviço militar, encaminha ao Congresso proposta para cobrança

da previdência sobre os “anêmicos” proventos dos militares, que engrossam as classes dos que hoje recebem os menores salários do país.

Vale lembrar que o governo tem conseguido com certa facilidade surpreendentes vitórias no Congresso, utilizando como moeda de troca o grande leque de cargos e funções que dispõe nos escalões inferiores.

Não foram poucas as vezes que FHC esteve refém dos parlamentares: a bancada ruralista ameaça boicotar a votação de projetos de interesse do governo caso não sejam cumpridas as reintegrações de posse das propriedades rurais invadidas pelos sem-terra.

Por outro lado, como urge o tempo para a próxima “fantochada eleitoral”, cujos resultados supõem-se de vital importância para os futuros embates eleitorais ao Congresso e demais cargos do Executivo, engana-se o governo em contar com maciço apoio da base de sustentação parlamentar, para aprovar a indecorosa proposta de alteração da Constituição já derrotada em outras oportunidades pelo mesmo Congresso.

Muitos dos atuais deputados concorrem ao cargo de prefeito e sabem muito bem que hoje vivemos numa sociedade de informação onde a notícia se propaga à velocidade da luz; e o eleitor, que não é bobo, “está de olho” no desempenho de seu deputado; qualquer deslize pode ser fatal às suas futuras pretensões.